

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação A C. L. B. L. Periodicidade dDia 19-11-75 Pág.(s) 7 Tendência política _____

VISITA AO DISTRITO DE COIMBRA

Lurdes Pintasilgo mantém linha de defesa da regionalização e apelo ao cooperativismo

N O termo da visita que fez este fim-de-semana ao distrito de Coimbra, a Primeiro-Ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo, durante uma sessão de trabalho realizada ontem à tarde, na Câmara Municipal de Argamil, manteve a linha de defesa da regionalização e o apelo ao cooperativismo, tendo afirmado que «a exigência primeira a fazer aos deputados é que tornem a Constituição da República coerente, elaborando um plano sobre as regiões e legislando correctamente sobre essa matéria».

A propósito da adopção do sistema de leis gerais e abstractas, disse que «não tem em linha de conta a diferenciação concreta, só solucionável com uma complementaridade, entre o poder local e o regional». Acrescentou que «o desenvolvimento é determinado por nós, pelo povo e é auxiliado pelos técnicos que, dentro do aparelho do Estado, têm obrigação de servir o povo».

A emigração foi apontada pela Primeiro-Ministro como uma arma a usar por Portugal, tendo sobre o assunto, afirmado que «no dia em que formos capazes de fazer regressar os nossos emigrantes, há sociedades euro-

peias que colapsam». Frisou que os emigrantes «são uma riqueza a que não podemos jogar».

Pensões de reforma e habitação

A questão das pensões de reforma foi outro ponto da intervenção da Primeiro-Ministro, que disse: «Se aumentássemos apenas as reformas mínimas, em percentagem equivalente ao aumento do salário mínimo e ao subsídio de desemprego, teríamos de inscrever mais dois milhões e oitocentos mil contos no orçamento de 1980».

Sobre a habitação, referiu estar em curso um inquérito por memorizado para balanço da situação.

Após ter criticado o apelo ao Poder, que disse ignorar, Lurdes Pintasilgo afirmou que apelou a que se querer realizar essa tarefa fundamental do

as populações e aos seus representantes, Lurdes Pintasilgo defendeu, a seguir, um programa político nacional autónomo, afirmando que «cada país tem de ser fiel à sua identidade, tem de ser tal como é».

A Primeiro-Ministro diria, a este respeito, que «crescemos durante alguns anos com regimes de outros países mais industrializados, pertencentes ao hemisfério Norte, socialistas ou capitalistas» e adiantou que «agora, no início desta década, está provado que não nos serve andar a copiar o programa dos outros e temos esperança de que em 1980 seja descoberto o nosso próprio processo».

Por outro lado, Maria de Lurdes Pintasilgo, referindo-se ao decreto-lei sobre as comissões coordenadoras regionais, recentemente aprovado em Conselho de Ministros, considerou-o um instrumento essencial ao serviço das populações, caso venha a ser promulgado pelo Presidente da República.

Outro dos temas abordados pelo chefe do Executivo seria o crédito para habitação própria a propósito do qual afirmaria ser intenção do seu Governo fazer alguma coisa enquanto estiver ainda em funções. Sobre a taxa

de juro diria que o actual Governo vai tentar o desbloqueamento.

Sessão na Figueira da Foz

Nesta sua visita à região do Baixo Mondego, a Primeiro-Ministro assistiu, no sábado, a uma sessão no salão nobre dos paços do concelho da Figueira da Foz, a qual estiveram presentes, além de muito povo, as autoridades civis e militares, tendo o vice-presidente da câmara local, eng. Aguiar de Carvalho saudado a visitante e exposto os problemas e aspirações das populações figueirense. Seguiu-se a uma sessão de trabalho em que diversas pessoas apresentaram os

mais variados problemas, tendo os membros do Governo presentes e a própria Primeiro-Ministro respondido às várias questões formuladas.

O ministro dos Transportes e Comunicações, os secretários de Estado das Obras Públicas e da Estruturação Agrária e a secretaria de Estado adjunta do Conselho da Ministros acompanharam desde o início esta visita oficial, tendo-se-lhes juntado o ministro da Justiça, em Alfaiolos, e o ministro do Trabalho, na Figueira da Foz.

A em. 17/11/r.f.

Fundação para o Cuidar do Futuro